

**Utopia e distopia: A visão “ustopica” de Margaret Atwood****Utopia and dystopia: Margaret Atwood's “ustopian” vision****Rachel Strehle**

**RESUMO:** Este artigo explora o conceito de "ustopia", neologismo proposto por Margaret Atwood em *In Other Worlds: SF and the Human Imagination* (2011), que busca romper o binarismo entre utopia e distopia, demonstrando que toda utopia contém um elemento distópico e vice-versa. A partir desse conceito, analisamos as obras *Herland*, de Charlotte Perkins Gilman, e *O Conto da Aia*, de Atwood, para evidenciar como as tensões entre utopia e distopia se entrelaçam e refletem as complexidades da condição humana e das relações de gênero. Por meio de uma análise comparativa, destacamos como ambas as narrativas incorporam elementos utópicos e distópicos, revelando nuances fundamentais para compreender a crítica social e política de suas autoras.

**Palavras-chave:** Utopia. Distopia. Ustopia. O Conto da Aia. Terra das Mulheres.

**ABSTRACT:** This article explores the concept of "ustopia", a neologism proposed by Margaret Atwood in *In Other Worlds: SF and the Human Imagination* (2011), which seeks to break the binary between utopia and dystopia, demonstrating that every utopia contains a dystopian element and vice versa. Based on this concept, we analyze the works *Herland*, by Charlotte Perkins Gilman, and *The Handmaid's Tale*, by Atwood, to highlight how the tensions between utopia and dystopia intertwine and reflect the complexities of the human condition and gender relations. Through a comparative analysis, we highlight how both narratives incorporate utopian and dystopian elements, revealing fundamental nuances for understanding the social and political critique of their authors.

**Keywords:** Utopia. Dystopia. Ustopia. The Handmaid's Tale. Herland.

## Introdução

A literatura utópica e distópica tem desempenhado um papel fundamental na tradição literária ocidental, servindo como uma poderosa ferramenta de reflexão e crítica sobre a organização das sociedades humanas. Por meio da criação de mundos alternativos — idealizados ou opressivos —, essas narrativas permitem que autoras e autores explorem tensões políticas, sociais, culturais e morais que atravessam suas realidades históricas. A utopia, tradicionalmente, propõe a representação de sociedades perfeitas, regidas por princípios de justiça, igualdade e harmonia coletiva. É, em sua essência, a projeção de um futuro desejável que busca corrigir as falhas do presente. Já a distopia, por outro lado, configura-se como a antítese da utopia: apresenta um futuro marcado pela repressão, pelo autoritarismo e pela perda da autonomia individual, funcionando como um alerta contra os rumos que determinadas escolhas políticas ou sociais podem tomar.

Entretanto, essa aparente oposição entre utopia e distopia tem sido questionada por

alguns teóricos e escritores contemporâneos, entre os quais se destaca a canadense Margaret Atwood. Em sua obra *In Other Worlds: SF and the Human Imagination* (2011), Atwood propõe o conceito de “ustopia”, uma junção dos termos “utopia” e “distopia”, com o objetivo de problematizar a rigidez dessa dicotomia. Para a autora, essas duas categorias não são mutuamente excludentes, mas sim interdependentes e complementares. Segundo sua perspectiva, toda utopia carrega em si o potencial para a distopia, assim como toda distopia contém vestígios ou promessas de utopia. A ideia de ustopia, portanto, sugere que essas categorias coexistem dentro da mesma narrativa, revelando-se não como polos opostos, mas como aspectos diferentes de um mesmo fenômeno literário e social.

Essa concepção desafia as classificações tradicionais e propõe uma leitura mais complexa e matizada das obras que abordam sociedades imaginárias. Atwood defende que a utopia de uns pode ser, inevitavelmente, a distopia de outros, dependendo da posição social, do gênero, da classe ou da perspectiva de quem observa. A partir desse raciocínio, torna-se possível compreender as construções utópicas e distópicas não como representações absolutas, mas como espaços de negociação, conflito e ambiguidade.

Neste contexto, este artigo propõe uma análise comparativa de duas obras literárias que, à primeira vista, parecem ocupar posições opostas no espectro utopia/distopia: *Terra das Mulheres* (1915), de Charlotte Perkins Gilman, e *O Conto da Aia* (1985), de Margaret Atwood. *Terra das Mulheres* apresenta uma sociedade exclusivamente feminina, organizada de maneira pacífica, racional e cooperativa, sendo muitas vezes interpretada como um exemplo clássico de utopia feminista. Já *O Conto da Aia* retrata um regime totalitário teocrático, onde as mulheres são submetidas a um sistema brutal de opressão, sendo amplamente reconhecido como uma das distopias mais impactantes da literatura contemporânea. No entanto, ao adotar a lente interpretativa da ustopia, torna-se possível identificar, em *Terra das Mulheres*, aspectos que podem ser considerados distópicos, como o controle rígido da reprodução e a homogeneização das experiências individuais, assim como, em *O Conto da Aia*, sinais de resistência, memória e esperança que apontam para possíveis rupturas no sistema opressor.

Através da tessitura textual de ambas as obras, este estudo busca evidenciar como elementos utópicos e distópicos se entrelaçam, revelando-se como partes de uma mesma estrutura narrativa. A análise pretende, assim, refletir sobre as formas como essas narrativas dialogam com questões fundamentais da sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito às relações de gênero, às estruturas de poder e à construção social da alteridade. Ao explorar essas obras sob a ótica da ustopia, pretende-se demonstrar como a literatura especulativa pode oferecer leituras multifacetadas da realidade, contribuindo para o debate crítico sobre os limites e as possibilidades de transformação social.

## Utopia versus Distopia: algumas considerações

A literatura utópica e distópica tem sido, ao longo da história, uma ferramenta poderosa de crítica social e de imaginação política. Por meio da construção de mundos idealizados ou sombrios, essas narrativas expressam os desejos, temores e contradições de suas épocas, revelando como a organização social pode tanto libertar quanto oprimir. O conceito de ustopia, proposto por Margaret Atwood, busca desestabilizar o binarismo entre utopia e distopia, propondo uma nova perspectiva crítica para a análise dessas obras. Para compreender essa proposta, iniciaremos com uma breve análise bibliográfica dos conceitos de utopia e distopia, fundamentais para a construção do pensamento ustópico.

A utopia, etimologicamente derivada de u-topos (não lugar), é também uma eu-topia, um lugar bom, como lembra Marilena Chauí (2012, p. 376): “o prefixo negativo u é a condição implícita de outro prefixo grego, mais positivo, eu, que indica nobreza, justeza, abundância”. Essa ambivalência semântica revela, desde sua origem, a tensão constitutiva da utopia: ela é, simultaneamente, uma ausência concreta e uma presença ideal, um espaço imaginado que, embora inexistente, orienta desejos e projetos de transformação. Assim, o gênero utópico sempre esteve ancorado no duplo desejo de superar os limites do presente e projetar horizontes de transformação, oferecendo não apenas um refúgio imaginário, mas uma crítica às estruturas existentes.

Historicamente, as utopias assumiram diversas formas, desde narrativas teológicas e escatológicas até projetos racionais de reestruturação social. Platão, com *A República*, propõe uma organização ideal fundamentada na justiça e na razão, marcada por uma rígida hierarquia de funções sociais e pela supremacia dos filósofos-governantes. No cristianismo, a utopia se desloca para o plano espiritual, com a promessa do Reino de Deus, representando um ideal de justiça e salvação a ser alcançado na eternidade. Porém, é com *A Utopia* de Thomas More (1516) que o gênero se consolida como proposta literária e política moderna. Como analisa Figueiredo (2013), “a utopia passa a ser *locus* da ação humana. Perfeita não por ser atribuída a um regimento metafísico qualquer, mas por ser produzida pelos homens e para os homens”.

A utopia, como gênero literário, tem sua origem atribuída à obra homônima de More, cujo título propõe um jogo de palavras: já que utopia pode ser traduzida tanto como “não-lugar” quanto como “bom lugar”, devido à ambiguidade da origem grega dos

termos. A obra de More, ao descrever uma ilha imaginária governada por princípios de racionalidade e justiça, estabelece as bases para o que se tornaria uma tradição duradoura na literatura: a construção de mundos ideais como forma de crítica indireta às imperfeições das sociedades reais. Para Lyman Tower Sargent, “a principal característica do *locus* utópico é sua não-existência combinada com um *topos*, um local no espaço e no tempo” (1994, p. 5), Para que uma utopia possa se concretizar é imprescindível um grau de verossimilhança em que o não-real, o não-existente se situe em um espaço-tempo reconhecíveis, criando, assim, um distanciamento cognitivo (Suvin, 2010).

Darko Suvin (2010) define a utopia como a construção verbal de uma comunidade quase-humana, em que as normas, as instituições e as relações individuais são organizadas por um princípio mais perfeito do que na comunidade do autor. Por isso, a utopia seria o aperfeiçoamento do mundo da época, “uma hipótese histórica alternativa” (Suvin, 2010 p. 132) calcada no distanciamento cognitivo para explicar a emergência de uma sociedade melhor.

O pensamento utópico, ao longo dos séculos, tem sido alimentado por desejos de transformação social e pela esperança de realização de ideais como igualdade, liberdade e paz. De acordo com Brooker e Thomas (2009), o pensamento utópico idealiza uma sociedade em que os problemas sociais, políticos e econômicos foram solucionados, projetando um ambiente de justiça plena e desenvolvimento humano integral. A ficção utópica, portanto, “tenta imaginar sociedades ideais, geralmente muito distantes do mundo do autor, tanto temporal quanto geograficamente” (Brooker; Thomas, 2009, p. 1015). Essa distância pode ser interpretada como estratégica: ao deslocar o cenário para o longínquo ou o inatingível, o autor pode operar uma crítica mais aguda ao presente, ao mesmo tempo em que evita confrontos diretos com as autoridades e instituições vigentes.

More rompe com as utopias milenaristas ao propor uma sociedade ideal fundada em instituições políticas e jurídicas racionais, onde o bem comum é priorizado e a propriedade privada é abolida. Ao descrever a Ilha de Utopia, contraposta à Inglaterra de seu tempo, More oferece uma crítica indireta às desigualdades sociais vigentes. Para Miguel (*apud* Figueiredo, 2013, p. 61), “nas utopias fundadas com a tradição de More, há instituições sociais e políticas de fato, sendo estas, e não forças extramundanas, capazes de prover harmonia e prosperidade aos homens”. Essa racionalização da utopia inaugura

um novo paradigma, no qual a transformação social não depende mais da intervenção divina ou de eventos extraordinários, mas sim da capacidade humana de projetar e instituir formas mais justas de convivência.

A utopia, portanto, não é apenas um devaneio ou idealização fantasiosa, mas uma forma simbólica de pensar alternativas concretas à realidade. Carlos Eduardo Berriel (2005) afirma que a utopia parte tanto de experiências históricas quanto de construções abstratas, sendo capaz de reconstruir “todos os cenários que a História não realizou”. Ao fazer isso, o discurso utópico legaliza-se como tendência operante da realidade, ainda que não efetivada, habitando uma dimensão ética e política. A utopia opera, assim, como um tipo de consciência crítica, uma forma de pensamento contra-hegemônico que desafia a naturalização do presente, convidando à reinvenção do possível.

Um exemplo emblemático de utopia literária moderna é o romance *Terra das Mulheres* (1915), de Charlotte Perkins Gilman. Nesta obra, uma sociedade exclusivamente feminina é descoberta por exploradores masculinos. Livre de guerras, dominação patriarcal e desigualdades, *Terra das Mulheres* se organiza em torno da cooperação, da educação racional e da maternidade como valor central. Embora seja uma ficção idealizada, *Terra das Mulheres* propõe uma crítica contundente às estruturas patriarciais da sociedade ocidental e apresenta uma visão alternativa de organização social baseada na equidade e na solidariedade. Nesse sentido, a obra se insere na tradição utópica moderna ao imaginar, de forma positiva, um outro possível.

A proposta de Gilman articula-se com as demandas do feminismo de sua época, oferecendo uma utopia feminista que antecipa debates contemporâneos sobre gênero, poder e representatividade. A ausência de conflito armado e a centralidade do cuidado, da empatia e da coletividade fazem de *Terra das Mulheres* não apenas uma crítica ao patriarcado, mas também uma defesa da racionalidade como instrumento de organização social justa e sustentável. Essa perspectiva amplia os horizontes da utopia moderna ao incorporar, para além da crítica econômica e política, uma crítica dos próprios fundamentos culturais da dominação.

No entanto, à medida que o século XX avançava, marcado por guerras mundiais, regimes totalitários, genocídios, colapsos econômicos e desigualdades persistentes, o imaginário utópico começou a ceder lugar a visões mais sombrias e desencantadas do futuro. A confiança iluminista no progresso racional e na perfectibilidade humana foi profundamente abalada pelos horrores vivenciados em escala global, fazendo com que o

sonho de uma sociedade ideal se transformasse, cada vez mais, em motivo de suspeita. Nesse novo contexto histórico e cultural, emerge o gênero distópico como resposta crítica ao fracasso das utopias modernas, bem como advertência contra os perigos de sua concretização autoritária. Booker e Thomas postulam que (2009, p. 884), a distopia é “um mundo imaginário em que o sonho se tornou um pesadelo”, um espaço ficcional em que tentativas de organizar uma sociedade perfeita resultam, ironicamente, em controle absoluto, supressão da individualidade e desumanização.

A distopia, portanto, não nega o impulso utópico, mas o radicaliza ao expor suas possíveis derivas repressivas. Figueiredo (2013) reforça essa dualidade ao afirmar que “os relatos utópicos demonstram que, ordenada de outra forma, [a sociedade] poderia ser melhor, mais justa, mais solidária”. Já a distopia revela que, sem vigilância crítica e participação coletiva, os mesmos ideais de progresso podem degenerar em autoritarismo. Em outras palavras, utopia e distopia, ainda que partam de premissas opostas — o desejo de emancipação versus o medo da opressão —, compartilham a função de imaginar, criticar e transformar o mundo social.

Campello (2003, p. 207) observa que as narrativas distópicas “tem por base uma forma de experimentalismo que isola certas tendências sociais e as exagera para dar visibilidade às suas qualidades mais negativas”. Enquanto a utopia se apresenta como horizonte de esperança, a distopia atua como um espelho invertido, projetando futuros indesejáveis para criticar os abusos e contradições do presente. A distopia explora, assim, as zonas sombrias do desejo utópico, revelando como ideais de ordem, segurança e progresso podem ser distorcidos em nome da dominação.

Com isso, a distopia como gênero literário se consolida como um dos mais expressivos modos de reflexão crítica sobre os rumos da modernidade e as consequências perversas de seus projetos civilizatórios. Tal configuração narrativa manifesta-se de maneira paradigmática em obras canônicas, como 1984, de George Orwell, Fahrenheit 451, de Ray Bradbury, e Admirável Mundo Novo, de Aldous Huxley — produções que delineiam os contornos do imaginário distópico contemporâneo.

Essas narrativas compartilham o uso da extração crítica como técnica central, intensificando elementos já presentes na sociedade real — como vigilância, manipulação ideológica e tecnocracia — até seus limites mais extremos. Em 1984, por exemplo, a onipresença do “Grande Irmão” simboliza a vigilância totalitária; em Fahrenheit 451, a queima de livros representa a anulação do pensamento crítico; já em Admirável Mundo

Novo, a submissão à tecno ciência revela a alienação provocada pela busca obsessiva por estabilidade. Conforme analisa Hilário (2013, p. 203), as distopias “chamam nossa atenção para as relações heterônomas entre subjetividade, sociedade, cultura e poder”, ou seja, elas iluminam os mecanismos de dominação que moldam o sujeito em contextos autoritários e desumanizantes.

Sargent (1994, p. 9) reforça essa perspectiva ao definir a distopia como uma “sociedade inexistente, descrita de forma bastante detalhada, normalmente localizada em um tempo e espaço que o autor pretende fazer com que o leitor veja como consideravelmente pior do que o tempo e espaço em que ele vive”. Assim, mais do que meras ficções pessimistas, essas obras atuam como avisos literários, funcionando como projeções negativas do presente — verdadeiros “avisos de incêndio”, como denomina Hilário (2013), que evidenciam os perigos latentes em nossos próprios contextos históricos.

Como explica Berriel (2005), “a distopia, que revela o medo da opressão totalizante, pode ser vista como o oposto especular da própria utopia”. Ambas compartilham estruturas narrativas semelhantes, como a ruptura espaço-temporal, o uso do relato de viagem e a descrição detalhada de instituições. No entanto, enquanto a utopia propõe alternativas para uma sociedade ideal, a distopia denuncia os perigos da tentativa de impor tal ideal de forma autoritária. Nesse sentido, “o sonho perfeito de um, quando é oriundo de um constructo abstrato (...), é o que gera o pesadelo da distopia” (Berriel, 2005), revelando o quanto a razão dissociada da pluralidade humana pode servir à opressão.

Nesse sentido, *O Conto da Aia* (1985), de Margaret Atwood, insere-se com vigor no campo da distopia crítica. A autora constrói a República de Gilead — uma teocracia totalitária instaurada em território norte-americano — como metáfora dos perigos representados pela aliança entre fundamentalismo religioso e autoritarismo de Estado. A sociedade de Gilead não é apenas imaginária: ela ecoa realidades já existentes ou em potencial. A autora observa, no posfácio da obra, que “nada do que aparece em *O Conto da Aia* está fora da história”, indicando que todos os elementos ali descritos já ocorreram em algum momento ou lugar do mundo real (Atwood, 2017, p. 321). Nesse universo ficcional, as mulheres são destituídas de seus direitos civis e confinadas a funções reprodutivas, sendo tratadas como propriedade do Estado. As “aias”, por exemplo,

perdem seus nomes e passam a ser identificadas apenas pela posse — Offred, Ofglen, Ofwarren — numa clara demonstração de apagamento da subjetividade.

A narrativa de Atwood evidencia como os valores de obediência, pureza e silêncio são instrumentalizados para justificar práticas brutais de controle biopolítico. Como destaca a própria protagonista: “Nós éramos as que não podiam falar. Dizíamos aos outros: estávamos em silêncio, mas não éramos mudas” (Atwood, 2017, p. 40). O silêncio imposto às mulheres é, assim, tanto literal quanto simbólico, e se apresenta como uma das principais formas de dominação. O sistema distópico de Gilead, longe de ser um mundo distante, representa o que Atwood chama de uma “ustopia” — uma fusão entre utopia e distopia — em que “o sonho de um é o pesadelo de outro” (Atwood, 2011, p. 86).

A dualidade presente em Gilead, onde a retórica da salvação e da moralidade sustenta um regime de controle e violência, sinaliza para uma leitura que ultrapassa os limites da distopia tradicional. Ao articular elementos de esperança e opressão, Atwood inscreve sua narrativa em uma zona de ambivalência que desafia classificações simplistas. É nesse ponto de intersecção entre o desejo por um mundo melhor e as formas autoritárias de sua implementação que emerge o conceito de ustopia, que será discutido a seguir como instrumento teórico essencial para a compreensão das dinâmicas de poder e desejo que estruturam *O Conto da Aia*.

### **Ustopia: uma nova proposta**

A proposta teórica de Margaret Atwood em torno do conceito de "ustopia" constitui um esforço deliberado para romper com o binarismo tradicional entre utopia e distopia, ampliando o entendimento sobre as narrativas especulativas contemporâneas. Em sua obra "In Other Worlds: SF and the Human Imagination" (2011), Atwood afirma que "dentro de cada utopia, [há] uma distopia oculta; dentro de cada distopia, [há] uma utopia oculta, mesmo que apenas na forma do mundo como existia antes de os bandidos assumirem o controle" (Atwood, 2011, p. 85). Com isso, a autora propõe uma nova categoria interpretativa que integra o desejo de um mundo melhor às ameaças implícitas que essa mesma construção pode gerar.

A ustopia, portanto, é um neologismo que une os termos "utopia" e "distopia", reconhecendo que ambas as formas literárias não apenas coexistem, mas são

estruturalmente interdependentes. Como ela própria explica, "ustopia" é um termo que "contém ambos os conceitos, porque em minha opinião, cada utopia contém um núcleo de distopia e vice-versa" (Atwood, 2011, p. 66). Esse entendimento se alinha às críticas contemporâneas à pureza idealizada das utopias clássicas, reconhecendo que os projetos de mundo perfeito frequentemente requerem algum nível de exclusão, controle ou sacrifício — elementos que se aproximam da distopia.

Um exemplo que a autora (2011) usa de forma a corroborar sua tese é a obra *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley (1932), já que, de um lado, temos o mundo civilizado, utópico, uma sociedade extremamente tecnológica dividida em castas, onde cada um está feliz em seu lugar e, de outro, temos a Reserva de Selvagens, uma espécie de museu vivo, uma "reserva histórica" onde são mantidos os Selvagens e seus costumes: um local primitivo que ecoa no leitor algo de semelhante à sua realidade. Em algum momento em *Admirável Mundo Novo* seu protagonista, Bernard Marx, um homem civilizado que, porém, não se enquadra completamente nos moldes dessa sociedade, busca na Reserva de Selvagens algum alento para suas inquietações. Lá Bernard encontra o Selvagem, que o fascina por ser tão diferente. O Selvagem retorna com Bernard para a civilização e, assim, esses dois universos se cruzam. Para Atwood a ustopia estaria nesse momento em que dois mundos colidem: a sociedade utópica e a aldeia, o Selvagem e o civilizado.

Atwood define que a ustopia "quase sempre é suportada por duas jornadas: a que transporta o contador de histórias para outro local e a que o transporta de volta para que ele possa nos entregar seu relatório" (2011, p.71). Ou seja, a noção de que uma "dupla jornada" é necessária — uma que leva o narrador a um novo lugar e outra que o traz de volta para relatar — sublinha a complexidade da narrativa em que essas ideias coexistem. Essa dupla jornada não necessariamente é feita pelo protagonista. Percebemos isso no exemplo citado pela autora, pois o protagonista se desloca de seu local para a Reserva, mas quem de fato realiza o papel do relator é o Selvagem expondo as realidades dessa sociedade utópica a partir de uma perspectiva externa.

O conceito de ustopia de Atwood desafia a visão simplista de utopia e distopia como categorias mutuamente exclusivas. Em vez disso, ela propõe que essas realidades são interdependentes e que cada uma contém a semente da outra, oferecendo uma visão mais complexa e integrada da condição humana e das sociedades imaginadas.

Sendo assim nos questiononamos: Se dentro de cada distopia se esconde uma pequena utopia, e vise-versa, qual seria essa utopia em *O Conto da Aia*? E qual seria essa distopia em *Terra das Mulheres*? E se encontrarmos essa utopia e distopia subjacente nessas obras, quais seriam os movimentos de retorno que caracterizaria a ustopia?

### **A Ustopia em *Terra das Mulheres* e *O Conto da Aia***

Atwood frequentemente explora os limites entre utopia e distopia em suas obras, sua própria produção literária pode ser lida como expressão de uma visão ustopicamente orientada. "O Conto da Aia" (1985), por exemplo, é amplamente reconhecido como uma distopia, porém em seu livro "In Other Worlds: SF and the Human Imagination" (2011, p. 86) a autora afirma que "produziu – até agora – três romances ustópicos: *O Conto da Aia*, *Oryx e Crake* e *O Ano do Dilúvio*". Ou seja, *O Conto da Aia* é classificado pela própria autora como um romance ustópico. Vejamos como essa ustopia se manifesta em sua obra.

Em *O Conto da Aia*, Atwood, apresenta um regime totalitário teocrático em que mulheres são submetidas à reprodução compulsiva e à vigilância permanente, entre outras barbáries. Entretanto, mesmo em meio à opressão sistemática da República de Gilead, a narrativa oferece lampejos de resistência, memória e solidariedade entre as mulheres, como quando Offred e outras aias trocam olhares cúmplices ou compartilham fragmentos do passado como forma de manter a identidade e a esperança.

Atwood em seu ensaio (2011) nos elucida que existem, na verdade, duas pequenas utopias em *O Conto da Aia*: a primeira é o passado, que reverbera o nosso presente, e a segunda é o futuro, que é pós-Gilead. O passado se materializa nos momentos em que a protagonista Offred reconstrói sua vida anterior, como um eco remoto, trazendo para o leitor pedaços de um mundo semelhante ao nosso, uma utopia aos olhos da protagonista. Contudo, por mais que Offred se conecte com o mundo que partiu, ela sempre nos traz de volta para Gilead, e é nessa colisão que verificamos a presença da ustopia.

Sendo assim, tais momentos refletem o aspecto utópico contido na distopia: a existência de um "antes" — um tempo anterior à opressão — e a possibilidade de um "depois" — uma libertação futura. Como afirma Atwood, toda narrativa ustopicamente estruturada pressupõe duas jornadas. Essa estrutura permite ao leitor refletir

criticamente sobre sua própria realidade social, ao mesmo tempo em que é desafiado a imaginar transformações possíveis.

A segunda utopia apontada pela autora está no posfácio do livro, chamado de "Notas Históricas". Nele é apresentado ao leitor um futuro além da história principal, um futuro em que a tirania de Gilead não apenas terminou, mas virou tema de conferências e estudos acadêmicos. O posfácio é organizado como uma transcrição parcial de ata de um simpósio sobre estudos gileadeanos que ocorre há pelo menos 100 anos depois do fim de Gilead. É interessante notar que, apesar de o principal personagem/palestrante ser um homem, quem preside o simpósio é uma mulher, coisa impensável sob o domínio de Gilead. Temos aí uma utopia.

Embora a opressão feminina institucionalizada pela República de Gilead tenha acabado nesse futuro, é possível de nota dois movimentos de retorno: um quando o palestrante se insinua de forma sexual para a presidente do simpósio, e outro quando esse mesmo palestrante, em inúmeros momentos, tenta descredibilizar o testemunho de Offred. Esses dois movimentos deixam latentes alguns traços distópicos deixados por Gilead – sendo nessa fusão de duas realidades que emerge a ustopia.

Percebemos, assim, que a ustopia, conforme postulada por Atwood está presente em *O Conto da Aia*, pois podemos verificar esse movimento de contínuo de retorno, onde as fronteiras entre a distopia e a utopia se confundem.

Ao contrário de *O Conto da Aia*, "Terra das Mulheres" (1915), de Charlotte Perkins Gilman é uma narrativa tradicionalmente classificada como utópica, sendo assim, buscarmos evidenciar as distopias intrínsecas e os movimentos de retorno que caracterizam a ustopia.

Em *Terra das Mulheres* somos apresentados a um país em que há dois mil anos as mulheres são as únicas habitantes. Livre das influências de uma sociedade patriarcal, e das normas de gênero impostas, essas mulheres criaram uma sociedade utópica, pacífica, desenvolvida, sendo a maternidade o fio condutor de sua existência. Sua paz e harmonia é inesperadamente interrompida com a chegada de três exploradores estadunidenses. No desenrolar da narrativa, essa sociedade de mulheres causa um grande estranhamento nos visitantes, e suas ideias sobre feminilidade e o ser mulher são constantemente postas em xeque.

Gilman constrói uma sociedade que à primeira vista se configura como uma utopia feminina, revelando um mundo idealizado onde a igualdade, a cooperação e o

avanço tecnológico florescem sem conflitos de gênero ou desigualdades. As mulheres dessa sociedade desfrutam de uma harmonia exemplar, sustentada por uma convivência pacífica e um sistema educacional que promove o desenvolvimento pessoal e coletivo.

No entanto, fazendo uma análise sob a óptica da utopia de Atwood camadas mais complexas e ambíguas dessa sociedade são reveladas. A homogeneidade cultural, a ausência de pluralidade ideológica e a imposição de normas sociais altamente reguladas — ainda que voltadas ao bem comum — podem sugerir um controle social implícito. Há, por exemplo, uma padronização de comportamentos e valores que, se por um lado promove a harmonia, por outro pode suprimir a individualidade. Como destaca Carlos Eduardo Berriel (2005), utopias que se originam de proposituras abstratas e ignoram a complexidade empírica da experiência humana tendem a produzir estruturas rígidas que, em contextos extremos, podem gerar a distopia.

O ideal utópico de Terra das Mulheres é permeado por uma conformidade exigente e uma uniformidade que podem ser interpretadas como formas de controle social opressivo. A pressão para aderir às normas e a exclusão dos homens criam um ambiente onde a liberdade individual é sacrificada pelo bem comum, refletindo uma distopia latente dentro da aparente perfeição. O olhar dos protagonistas masculinos sobre essa terra destaca ainda mais essas complexidades, pois sua visão externa revela tanto a idealização quanto as limitações daquela sociedade. Através desse confronto, a obra expõe, como uma utopia ao buscar a perfeição, pode inadvertidamente esconder aspectos distópicos, oferecendo um retrato multifacetado da condição humana e das aspirações sociais. Assim, a obra de Gilman serve como uma reflexão profunda sobre o equilíbrio frágil entre o ideal utópico e as realidades distópicas que podem coexistir dentro de qualquer sistema social.

Evidenciamos que Gilman usa a estrutura das duas jornadas descritas por Margaret Atwood para explorar a interseção entre utopia e distopia. A primeira jornada é a dos protagonistas masculinos que descobrem a sociedade feminina idealizada de Terra das Mulheres, onde a harmonia e o avanço são evidentes. A segunda jornada ocorre quando esses homens retornam ao mundo exterior e relatam suas descobertas, oferecendo uma visão que reflete tanto as qualidades utópicas quanto as limitações distópicas da sociedade que encontraram. Através desse relato, a utopia feminina de Terra das Mulheres revela tensões e ambigüidades, mostrando como a perfeição

aparente pode ocultar aspectos de controle e exclusão. Assim, Gilman oferece uma análise complexa do equilíbrio entre idealização e realidade social.

Ao relemos "Terra das Mulheres" e "O Conto da Aia" sob a ótica da utopia, percebemos que ambas as obras desafiam a categorização estanque. Enquanto a primeira, embora utópica, levanta dúvidas sobre liberdade individual e diversidade; a segunda, embora distópica, cultiva sementes de esperança, crítica e reconstrução. Em ambas, torna-se evidente o entrelaçamento de elementos que, na superfície, pertencem a categorias opostas.

Portanto, a utopia atwoodiana não apenas amplia as possibilidades analíticas das narrativas literárias, mas também convida à reflexão ética e política sobre os mundos que projetamos. Ao reconhecer que toda tentativa de imaginar o futuro contém em si as marcas do presente — com suas virtudes e seus riscos —, a utopia nos obriga a repensar os limites entre emancipação e controle, desejo e medo, liberdade e ordem. Nesse sentido, a união entre as obras de Gilman e Atwood revela não apenas a vitalidade do pensamento utópico-distópico, mas também a relevância contínua da literatura como espaço de crítica, imaginação e resistência.

## Conclusão

A análise comparativa entre *Terra das Mulheres*, de Charlotte Perkins Gilman, e *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood, à luz do conceito de utopia, revela a complexidade das representações literárias de futuros possíveis. Ao desconstruir a rigidez da oposição entre utopia e distopia, o pensamento utópico permite compreender que essas categorias não apenas se entrelaçam, mas também se definem mutuamente em um movimento contínuo de tensão, crítica e reconfiguração. Ambas as obras, embora oriundas de contextos históricos e ideológicos distintos, compartilham o esforço de imaginar alternativas à ordem vigente, seja por meio da idealização de uma sociedade exclusivamente feminina e cooperativa, como em *Terra das Mulheres*, seja por meio da denúncia de um regime opressor que se sustenta sobre a repressão de corpos e vozes femininas, como em *O Conto da Aia*.

Entretanto, é precisamente nesse exercício de imaginação radical que se evidenciam os contornos da utopia. Em *Terra das Mulheres*, a harmonia social e a racionalidade são atravessadas por elementos de controle e homogeneidade que

desafiam a noção de liberdade individual. Em *O Conto da Aia*, a distopia de Gilead é permeada por lampejos de memória, resistência e possibilidade de superação, indicando que mesmo os sistemas mais opressores carregam em si a semente da transformação. Ao adotar o conceito de ustopia como chave interpretativa, torna-se possível compreender como o discurso literário utópico ou distópico opera não apenas como denúncia ou idealização, mas como espaço crítico de negociação entre passado, presente e futuro.

Margaret Atwood, ao propor a ideia de ustopia, nos convida a questionar os limites entre ordem e desordem, entre segurança e opressão, entre sonho e pesadelo. Sua proposta aponta para a necessidade de manter viva a imaginação política, mas também de reconhecer os perigos latentes em qualquer projeto totalizante. Assim, a literatura ustópica se estabelece como campo fértil para o exercício da crítica, da esperança e da reinvenção. Em tempos marcados por incertezas e polarizações, reler *Terra das Mulheres* e *O Conto da Aia* sob essa perspectiva é não apenas um gesto analítico, mas também uma aposta na potência transformadora da palavra e da imaginação.

## Referências

ATWOOD, M. *O conto da aia*. Tradução Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

ATWOOD, M. **In Other Worlds: SF and the Human Imagination**. Edição Kindle. Brown Book Group, 2011.

BOOKER, K. M.; THOMAS, A.M. **The Science Fiction Handbook**. Edição Kindle. Wiley-Blackwell Publishing, 2009.

CAMPELLO, E. **A Visão Distópica de Atwood na Literatura e no Cinema**. Interfaces Brasil/Canadá, Belo Horizonte, vol. 1, n. 2, p. 197-210. 2003.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia. **Utopias e distopias: ficções do presente**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

GILMAN, C. P.; **Terra das Mulheres**. 1<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HILÁRIO, L.C. **Teoria Crítica e Literatura**: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. Anuário de Literatura, Florianópolis, vol. 18, n. 2, p. 201-215. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/27842>. Acesso em: 19 de maio de 2025.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2012.

SUVIN, D. **Defined by a Hollow:** essays on Utopia, Science Fiction and Political Epistemology. Londres: Peter Lang, 2010.

**Data de submissão: 31/05/2025**

**Data de aceite: 02/09/2025**